

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

Indi Nara Corrêa

Graduanda em Filosofia - UnB

Resumo: Em consonância com as reflexões expostas nas obras de Hannah Arendt, a ação, a pluralidade e a liberdade são constitutivas da condição política. Segundo Arendt, os seres humanos são essencialmente plurais, diferentes uns dos outros. A pluralidade é, segundo a autora, “a condição” de toda a vida política. Neste contexto, o homem é necessariamente diverso, plural, mas também livre. Uma estrutura política deve fazer jus a estas qualidades, permitindo a coexistência sem esmagar a sua pluralidade e liberdade. Hannah Arendt mostra que os períodos de tempos sombrios acarretaram o obscurecimento do âmbito público fazendo com que os indivíduos não recorressem à política, exceto em seus interesses mais vitais ou com relação a sua liberdade pessoal. Neste sentido, há um desprezo pelo mundo e pelo âmbito público. A autora também afirma que a ausência do pensamento crítico se reflete em sérios riscos no curso da emancipação e da liberdade da humanidade, consubstanciados nos regimes totalitários do século XX.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Banalidade do Mal; Condição humana; Conhecimento; Pensamento.

Abstract: Accordingly to the reflections exposed in Hannah Arendt's work, action, plurality, and freedom constitute political condition. According to Arendt, human beings are essentially plural, different from each other. The plurality is, as said by the author, “the condition” of all political life. In this context, the human is necessarily diverse, plural, but also free. A political structure must be righteous to these qualities, allowing the coexistence without smashing plurality and

freedom. Hannah Arendt shows that periods of dark times bring out the darkness in public scope causing individuals to not recur to politics, in exception for the most vital interests or in relation to their personal freedom. In this sense, there is a disregard for the world and for the political scope. The author also holds that the absence of critical thought is reflected in serious risks for the course of the emancipation and human freedom, concentrated in the totalitarian regimes on the twentieth century.

Keywords: Hannah Arendt; Banality of Evil; Human Condition; Knowledge; Thought.

Apresentação

No prólogo da obra *A Condição humana*, Hannah Arendt propõe “pensar o que estamos fazendo” e afirma que este é, portanto, o objetivo central de seu livro. (ARENDR, 2014, p. 06). Na obra *Homens em tempos sombrios* há uma reformulação, ou melhor, um desdobramento desta questão inicial. Em seu primeiro capítulo, Arendt nos faz refletir sobre “nossas atitudes em relação ao mundo” (ARENDR, 2008, p. 11), e é nessa reflexão que iremos nos centrar.

Neste texto, pretendemos, então, uma reconsideração, à luz da filosofia arendtiana, acerca de três questões, que, articuladas, podem manifestar vestígios de uma nova forma de agir pela qual o pensamento e o discurso não mais são características essenciais e predominantes. Tais questões são:

1. O homem como ser condicionado e político;
2. O direcionamento do homem para o *si-mesmo*¹;

¹ O termo *si-mesmo* está grafado conforme Hannah Arendt utiliza em sua obra *A Condição Humana*. Refere-se ao termo em língua inglesa *self*.

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

3. A preocupação de Arendt com o “divórcio entre o conhecimento e pensamento”²;

Estas são de suma importância para entendermos o porquê de Arendt ter se referido a uma *banalidade do mal*³ presente em seu tempo, e estão relacionadas muito intimamente com a falta de pensamento crítico.

Tendo em vista essas questões, trabalharemos aspectos preliminares da obra *A Condição Humana* com o objetivo de poder compreendê-los e, no futuro⁴, analisar como eles contribuem para o surgimento de homens como Eichmann e tantos outros que foram protagonistas nos regimes totalitários e no mundo de forma geral. Como veremos mais adiante, o surgimento de homens que não possuem pensamento crítico não está relacionado apenas com os regimes totalitários. Seu surgimento, antes de tudo, pode ser compreendido se levarmos em consideração as mudanças e os eventos que ocorreram na Idade Moderna.

Sendo assim, este ensaio visa refletir sobre estas grandes questões. Para isto, trabalharemos de início com os dois conceitos-chaves da obra *A Condição Humana: vita activa e vita contemplativa*, que permitem um olhar amplo para outros temas como: pensamento, pluralidade, liberdade, ciência e filosofia – que foram centrais no pensamento da filósofa.

Contudo, é importante nos atermos que Hannah Arendt não tem como objetivo pensar

a natureza humana através destes conceitos, e sim a condição. A diferença das terminologias, segundo Arendt, reside no fato de que a natureza humana corresponde à essência – algo de difícil compreensão e passível de enganos e confusões – enquanto o termo condição humana se refere às atividades correspondentes aos homens, como o trabalho, a obra e a ação (ARENDR, 2015, p. 12). Trata-se também do homem como ser condicionado. Segundo a filósofa, “os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” (ARENDR, 2015, p. 11). Portanto, em nossas considerações últimas, perceber-se-á que todos esses temas corroboram não apenas para a existência humana, como também para sua formação.

1. O homem como ser condicionado e político: a *vita activa* e a *vita contemplativa*

Em *A condição humana*, Arendt dedica um capítulo inteiro para percorrer a respeito das expressões *vita activa* e *vita contemplativa* – de suas origens até a forma como serão utilizadas no decorrer do livro –, que representam dois modos de vida completamente diferentes. Porém, é a respeito da *vita activa* que a autora concentra maior atenção. A respeito da *vita activa*:

Com a expressão *vita activa*, pretendo designar três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. São fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas sob as quais a vida foi dada ao homem na terra. (ARENDR, 2015, p. 9).

² Conhecimento é abordado na obra *A Condição Humana* como *know-how* – conhecimento meramente técnico (ARENDR, 2015, p. 04)

³ O termo *Banalidade do mal* é empregado pela filósofa em *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. O livro é resultado da cobertura do julgamento de Eichmann, encomendado pela revista *The New Yorker* no ano de 1961.

⁴ Pretende-se em uma nova pesquisa PIBIC investigar mais a fundo a *Banalidade do mal*, como consequência dos assuntos tratados neste trabalho.

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

Desse parágrafo, podemos visualizar uma estrutura importante na teoria política-filosófica arendtiana: o homem, as condições e as atividades. Ao homem são dadas condições básicas para que este possa subsistir, e, através das atividades, essas condições são preservadas. Para a filósofa, essas condições não são únicas. Ao contrário, estas estão relacionadas com as condições mais gerais da existência humana, como natalidade e mortalidade. Na verdade, ocorre que, na filosofia da autora, tudo aquilo com que os homens entram em contato, torna-se necessariamente condição de sua existência. No entanto, jamais se condicionam de forma absoluta, visto que podem ser modificadas de acordo com o sujeito, seu tempo e suas demandas, por exemplo.

É evidente que existem ao menos dois tipos de condições: aquelas básicas, dadas aos homens, sem as quais não seriam caracterizados como são, e aquelas que são produzidas a partir da movimentação do tempo – das novas demandas, seja do mundo ou do homem, que estão em constante modificação. No prólogo de *A condição humana*, Arendt se refere a essas constantes movimentações: a descoberta do átomo, o homem na lua, o satélite artificial. Ou seja, já no prólogo, vemos que as condições não poderiam ser estáticas, visto que o mundo e os homens estão em movimento.

A princípio, a filósofa se concentra nas três atividades básicas: trabalho, obra e ação, que constituem a *vita activa*. Segundo a autora, a condição humana do trabalho é a vida; da obra, a mundanidade; e da ação, a pluralidade (ARENDT, 2015, p. 10). Para cada uma dessas atividades, temos uma ideia de homem: *Laborans*, *Faber* e *Politikon*. Em outras palavras, temos o homem animal com suas necessidades básicas de sobrevivência; o homem fabricante, que através da obra

proporciona, nas palavras da autora, “um mundo artificial de coisas” (ARENDT, 2015, pg.10); e, finalmente, o homem político, aquele que vive entre homens, que pratica a ação e o discurso. A *vita activa* está enraizada na vida humana, como bem mostra a filósofa:

A vita activa, a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo, está sempre enraizada em um mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente. As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, esse ambiente, o mundo no qual nascemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu por meio da organização, como no caso do corpo político. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. (ARENDT, 2015, p. 27).

Ao longo de toda a sua obra, outras atividades são mencionadas, como a atividade do pensar, por exemplo, que trataremos também neste ensaio. Embora a autora se dedique à *vita activa* nos seus primeiros capítulos, a *vita contemplativa* exerce grande destaque no decorrer de todo seu discurso. É necessário, portanto, compreender esse modo de vida, por muito tempo considerado o modo de vida do filósofo (ARENDT, 2006, p. 177).

Compreende-se de *vita contemplativa* o modo de vida tranquilo, no qual o repouso é a única forma de alcançar a verdade. Segundo a autora, apenas através da completa quietude do corpo e do espírito é possível a experiência do eterno. Desse modo, a filósofa difere a *vita activa* da *vita contemplativa* valendo-se da comparação entre imortalidade e eternidade, a fim de

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

mostrar que, por mais que o homem seja mortal, através da vida ativa é capaz de produzir feitos imortais. Por outro lado, a eternidade se alia ao pensamento metafísico, que só é possível por meio da contemplação.

Dado o significado da autora para esses dois modos de vida, é imprescindível salientar que a *vita activa* e a *vita contemplativa* não surgiram na filosofia política de Hannah Arendt, e, por conta disso, é de suma importância uma boa compreensão da forma com que a filósofa se apropria destes conceitos para construir seu pensamento político. Essas apropriações foram feitas com cautela e ressalvas, visto que o termo *vita activa*, por exemplo, é, nas palavras da autora, “carregado e sobrecarregado de tradição” (ARENDDT 2015, p. 15). Sobre a apropriação do termo *vita activa*, Adriano Correia explica na introdução da obra *A condição humana*, afirmando que Arendt:

Busca se desvencilhar da sua caracterização tradicional como derivativo da *vita contemplativa* e hierarquicamente inferior a ela, cuja implicação básica foi o obscurecimento das diferenças e articulações no interior da própria *vita activa*. Ao se voltar sobre as próprias atividades, Arendt se pergunta principalmente sobre suas condições, seus espaços, suas temporalidades, suas razões de ser, as dimensões humanas e mentalidades a elas associadas, as redensões de suas infortunas e, por fim, sobre as transformações que sobrevieram a elas, notadamente na era moderna. (CORREIA, in. ARENDT, 2015, grifo do autor).

O comentário do autor a respeito desse tema pode ser melhor compreendido se levarmos em conta o texto *Trabalho, obra, ação*, escrito por Arendt em 1960 para complementar a análise acerca da *vita activa* e *vita contemplativa*. Neste escrito, Arendt nos apresenta de forma bem clara as distinções que os antigos empregam a esses dois termos – enfatizando

que não são apenas dois conceitos distintos, mas também dois modos distintos de vida. Para os gregos, a vida ativa era apenas um meio para atingir os fins da contemplação, como mostra autora:

Pois é próprio da condição humana que a contemplação permaneça dependente de todos os tipos de atividades – ela depende do trabalho para produzir tudo que é necessário para manter vivo o organismo humano, depende da fabricação para criar tudo o que é preciso para abrigar o corpo humano e necessita da ação para organizar a vida em comum dos muitos seres humanos, de tal modo que a paz, a condição para a quietude da contemplação esteja assegurada. (ARENDDT, 2006, p. 176).

Dessa forma, podemos compreender que a *vita activa* sempre foi pensada pelos antigos a partir da contemplação. Ou seja, existe um caráter submisso que faz com que desapareçam todas as articulações – política, social, econômica, humana, em suma, todas as relações do homem com o seu mundo – no interior da *vita activa*. Há, por assim dizer, certa hierarquia entre os dois modos de vida, já que à *vita activa* pouca atenção foi dada. Para a filósofa, o modo de vida ativo, na antiguidade, era pensado apenas como um meio para o contemplar. Percebe-se, nesse momento, certo paradoxo. Por um lado a *vita activa* sempre fora rebaixada, por outro era necessária para aqueles que quisessem levar o modo de vida contemplativo.

Assim, compreendemos que, sendo a *vita activa* pensada a partir da contemplação, não haveria espaço para o desenvolvimento de uma teoria que visasse o estudo individual desse gênero de vida – com fim nele mesmo. Fica claro que houve uma carência de conceito para essa experiência, uma carência que não permitiria que Arendt desenvolvesse seus estudos sobre a condição humana e seus desdobramentos. O termo *vita activa* possui

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

significados oriundos da filosofia antiga, é carregado de tradição. Porém, pode-se modificar com o tempo e de acordo com as demandas e pensamentos de cada época, pois não foi exaurido.

Visto que a maioria dos homens, como evidencia a filósofa, “está engajado ou não pode escapar da vida ativa” (ARENDR, 2006, p. 176), é necessário que se pense a *vita activa*, bem como a *vita contemplativa*, de forma independente, mas ao mesmo tempo complementares. Pois, sabe-se que ambas contribuem para as experiências humanas em geral. O que está em jogo nessa forma hierárquica do pensamento é a perda da pluralidade, que trouxe consequências desastrosas ao homem moderno, como, por exemplo: a alienação do homem, a falta de tolerância, os regimes totalitários, o obscurecimento da esfera pública e tantas outras.

Na filosofia medieval, o termo *vita activa* surge com Agostinho como *vita negotiosa* ou *actuosa*, que para Arendt remete ao *bios politikos* aristotélico. Este denota em Aristóteles uma vida voltada para o âmbito público, ou seja, *vita negotiosa* ou *actuosa* no medievo significa, como afirma Arendt, “uma vida dedicada aos assuntos público-políticos” (ARENDR, 2015, p. 15). Contrário a isto temos o *bios theoretikos* - *vita contemplativa*: vida voltada para a contemplação.

A autora nos chama atenção para a principal diferença entre o *bios politikos* aristotélico e a *vita negotiosa* ou *actuosa* do medievo. Para os antigos, a atividade (a obra) do artesão era uma forma de escravização, no sentido de que ele dependia daquilo para viver. Sendo assim, o artesão não poderia ser diferente do escravo: ambos não tinham uma vida verdadeiramente livre, diferentemente da atividade do filósofo,

que se ocupava da contemplação, ou daqueles que se dedicavam à vida na *pólis*. A explicação de Arendt é elucidativa nesse ponto:

Nem o trabalho nem a obra eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e carências humanas. Se o modo de vida político escapou a esse veredicto, isso se deveu à compreensão grega da vida na *pólis*, que, para eles, denotava uma forma de organização política muito especial e livremente escolhida, e de modo algum apenas uma forma de ação necessária para manter os homens juntos de um modo ordeiro. (ARENDR, 2015, p. 17, grifo da autora).

Portanto, a grande diferença entre as expressões, antiga e medieval, que conceituavam esses modos de vida, dava-se pela exclusão, por parte dos gregos, do trabalho e da obra.

A ação como *praxis*, nos antigos, era considerada um *bios* devido ao entendimento de que os homens que se dedicavam à vida na *pólis* eram homens verdadeiramente livres, pois não eram obrigados a fazê-lo. Na filosofia medieval, diferentemente, a *vita actuosa* abandona a ideia de ação como unicamente política, e passa a assumir todo envolvimento ativo e necessário dos homens na terra.

Nesse sentido, a ação como prática política perde seu caráter livre por compor o quadro de atividades necessárias a vida terrena. Isso se deu com as mudanças no cenário político: o desaparecimento da Cidade-Estado grega, a ascensão, e posteriormente queda de Roma, e o surgimento do cristianismo com seu poder político e religioso. Sendo assim o *bios theoretikos* ou *vita contemplativa* passa ser o único modo de vida verdadeiramente livre. Arendt discursa sobre:

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

É claro que isso não queria dizer que a obra e o trabalho tinham ascendido na hierarquia das atividades humanas e eram agora tão dignos quanto a vida dedicada à política. De fato o oposto era verdadeiro: a ação passara a ser vista como uma das necessidades da vida terrena, de modo que a contemplação (o *bios theoretikos*, traduzido como *vita contemplativa*) era agora o único modo de vida realmente livre. (ARENDR, 2015, p.17, grifos da autora).

Na era moderna não foi diferente. Para Arendt, Marx teve dificuldades ao pensar esses dois modos de vida. Segundo ela, não houve uma teorização, por parte do autor de *O capital*, com o objetivo de entender como estes influenciam na vida privada e pública. Houve somente uma inversão nos valores atribuídos pelos gregos a essas atividades. Marx, ao centralizar suas máximas na atividade do trabalho, glorificando-o e pondo de lado as outras atividades que constituem a *vita activa* e a *vita contemplativa*, possibilitou, novamente, a hierarquização, sem, contudo, pensar de forma crítica suas relações internas e externas.

Diante desse quadro, Hannah Arendt rompe com essa forma de pensamento tradicional. Para ela, a antiguidade, o medievo e a modernidade de Marx não se deram conta de que os homens são plurais, que as formas de vida devem, por essa razão, ser plurais também.

A hierarquização não ajuda a compreender as relações humanas e políticas, ao contrário impede que essas relações se concretizem de forma harmônica. Veremos, nos próximos parágrafos, que essa visão de mundo – quando um dia a *vita activa* foi pensada pela *vita contemplativa* de forma a perder suas articulações, noutro a *vita contemplativa* é rebaixada e esquecida – favorece o afastamento do homem de seu lugar por excelência – o âmbito público; favorece o direcionamento do

homem para o si mesmo; e, por fim, favorece o divórcio entre o conhecimento e pensamento, entre a filosofia e a ciência.

2. *A estranha preocupação exclusiva com o si-mesmo [self]*

Hannah Arendt nos chama a atenção para três grandes eventos que teriam dado início a era moderna, são eles: a descoberta da América através dos grandes navegadores; a Reforma de Martinho Lutero; e a invenção do telescópio por Galileu Galilei (ARENDR, 2015, p. 307). Destes três eventos, a invenção do telescópio foi a que menos chamou a atenção, porém a que mais influenciou no desenvolvimento do que seria o homem e o mundo moderno. Através da invenção do telescópio, a ciência começou a lançar passos largos e descobrir os segredos não apenas do mundo, como os do universo também.

O telescópio, como nos lembra Arendt, foi o “primeiro instrumento puramente científico já concebido” (ARENDR, 2015, p. 309). Com este novo instrumento o homem moderno dá início a uma nova era científica, proporcionando várias descobertas, tal como mostra a filósofa:

Na verdade, a descoberta do planeta, o mapeamento de suas terras e o levantamento cartográfico de seus mares levaram muitos séculos e só agora estão chegando ao fim. Só agora o homem tomou plena posse de sua morada mortal e agrupou os horizontes infinitos, tentadora e proibitivamente abertos a todas as eras anteriores, em um globo cujos majestosos contornos e detalhada superfície ele conhece como as linhas na palma de sua mão. (ARENDR, 2015, p. 309).

Percebeu-se, então, que a Terra já não era considerada uma grande imensidão: o universo finalmente fora apresentado ao homem contemporâneo. É perceptível que não só as novas descobertas astrofísicas foram determinantes.

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

Como aponta Arendt, as novas tecnologias das ferrovias; dos grandes navios; dos aviões; e pequenos recursos como cartas e mapas de navegação, influenciaram no “encolhimento” da Terra (ARENDR, 2015, p. 310). Para a filósofa, esses avanços em direção ao universo e os consecutivos avanços tecnológicos só foram possíveis através do afastamento do homem de seu ambiente habitual. Ela utiliza como exemplo a invenção do aeroplano: “o apequenamento decisivo da Terra foi consequência do aeroplano, isto é, de ter o homem deixado inteiramente a superfície da Terra.” (ARENDR, 2015, p. 311).

Outro evento significativo que auxiliou a exposição da alienação do homem em relação à Terra e a sua consecutiva preocupação com o *si-mesmo* foi o fenômeno de expropriação. O processo de expropriação de pessoas, muito provavelmente, teve início com a expropriação do campesinato – consequência da expropriação da propriedade da igreja, como afirmou Arendt (ARENDR, 2015, p. 311). Com esse fenômeno, surgiu uma massa de pessoas desprovidas de suas terras, dispostas, assim, para o mercado de trabalho. Consequentemente, ocorreu um grande aumento de produção e um rápido acúmulo de riquezas.

Para exemplificar esse fenômeno ocorrido em todo o mundo moderno, a autora nos apresenta o chamado “milagre econômico alemão” – o que na verdade não foi um milagre propriamente dito, mas um processo desenfreado de produção. Para entendermos melhor esse evento, a citação direta de Arendt faz-se pertinente:

O exemplo alemão demonstra muito claramente que, nas condições modernas, a expropriação de pessoas, a destruição de objetos e a devastação de cidades converteram-se em um estímulo radical para um processo não de mera recuperação, mas de acúmulo de riquezas ainda mais rápido e mais eficaz –

bastando para isso que o país seja suficientemente moderno para responder em termos do processo de produção. [...] O resultado foi quase o mesmo: um aumento súbito da prosperidade que, como ilustra a Alemanha do pós-guerra, se alimenta não da abundância de bens materiais ou de qualquer outra coisa estável e dada, mas do próprio processo de produção e consumo. (ARENDR, 2015, p. 313).

Logo, a alienação decorrente desses eventos permitiu que o homem se voltasse para dentro de si mesmo. O grande problema dessa atitude moderna, e consequentemente contemporânea, foi a perda da experiência – da relação do homem com o mundo, do homem com seus semelhantes. Arendt lembra que Max Weber foi um dos primeiros pensadores que colocou esta questão em pauta ao estudar as origens do capitalismo. Weber, como analisou nossa autora, demonstrou as implicações que essas expropriações, cuja origem foi provavelmente a Reforma e seus eventos subsequentes, provocaram: a perda de cuidados com mundo, por exemplo.

Junto com a economia capitalista, surgiu paralelamente uma massa de homens que necessitavam de trabalho – já que tiveram seu pedaço no mundo alienado. Essa classe trabalhadora, como lembra Arendt, vivia somente para manter o processo biológico do corpo humano. Foram alienados, portanto, não apenas de um espaço no mundo, como também de todas as outras atividades que constituem a condição humana. No que tange a economia capitalista, essa não cessou. No entanto, a classe trabalhadora não foi beneficiada com o acúmulo de riqueza, já que não houve redistribuição. Todo esse processo de maior produtividade, maior número de apropriações e acúmulo de riqueza, que se estendeu por toda a sociedade, pode ser entendido se levarmos em

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

conta a força de trabalho predominante na época, como explica a filósofa:

A liberação da força de trabalho como processo natural não se restringiu a certas classes da sociedade, e a apropriação não terminou por conta das necessidades e desejos; o acúmulo de capital, portanto, não levou à estagnação que conhecemos tão bem dos ricos impérios que precederam a era moderna, mas propagou-se por toda a sociedade e deu início a um fluxo constantemente crescente de riqueza. Mas, esse processo, que é realmente o “processo vital da sociedade”, como chamava Marx, e cuja capacidade de produzir riqueza só pode ser comparada à fertilidade dos processos naturais – nos quais a criação de um homem e de uma mulher seria suficiente para produzir, pela multiplicação, qualquer número de seres humanos –, permanece ligado ao princípio de alienação do mundo do qual resultou; [...] o processo de acúmulo de riqueza, tal como o conhecemos, estimado pelo processo vital e, por sua vez, estimulando a vida humana, é possível somente se o mundo e a própria humanidade do homem forem sacrificados. (ARENDDT, 2015, p. 316).

Diante disso, Arendt afirma que o processo vital individual – prerrogativa da família, ou seja, do âmbito privado – foi suprimido para, então, ver a sociedade como protagonista deste processo vital. Vemos que a sociedade passou, portanto a substituir a família. Nesse cenário, verifica-se o surgimento do Estado-nação e, conseqüentemente, das classes sociais. No entanto, todos esses eventos não se dão de modo a preservar os domínios públicos e privados, mas, diferente disso, vemos seu declínio. O homem, desde então, é pertencente de um todo social, mas, apesar disso não possui

mais o gozo privado de uma parte do mundo. Foi alienado de seu lugar de direito.

3. O divórcio entre o conhecimento e o pensamento

Nesse tópico, pretendemos elucidar como e por qual motivo deu-se o divórcio entre conhecimento e o pensamento. Para isso, é importante entender como a ciência se desenvolveu durante a era moderna e como a filosofia passou a seguir essa ascensão⁵. Pretendemos, também, descrever as implicações decorrentes da inversão entre contemplação e ação, bem como a inversão hierárquica da *vita activa* e *vita contemplativa*.

No que diz respeito à ciência, a descoberta do ponto arquimediano, decorrente da fabricação do telescópio, também favoreceu a alienação do homem, a preocupação com *si-mesmo* e o desprezo para com o mundo, mas não apenas isso. Com o advento da nova ciência moderna, fazendo referência à separação entre ciência e filosofia, verifica-se um desprezo por tudo aquilo que não tem como meta resultados práticos ou matemáticos.

Antes da invenção do telescópio, do surgimento da ciência moderna, os homens se mantiveram presos a Terra, seus conhecimentos a respeito desta e do universo eram adquiridos através da contemplação. Com Galileu e seu instrumento científico, os segredos do universo puderam ser desvendados e proporcionados à cognição humana. Se, antes da idade moderna os conhecimentos acerca do universo eram incertos, com essa nova ciência os homens foram, então, capazes de adquirir certezas

⁵ Hannah Arendt discorre em suas análises que a natureza era pensada através da filosofia. Porém, na modernidade, a ciência mostra-se um campo próprio do saber e a filosofia, que antes ditava os caminhos a serem perseguidos, passa a seguir e refletir as novas formas de saberes, não mais sendo a precursora única das novas descobertas. O ponto chave desta questão, para a filósofa, é refletir se, mesmo com as grandes conquistas da filosofia na modernidade, não houve uma negligência ao separar ciência e filosofia.

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

demonstráveis a respeito daquilo que era apenas especulação.

A Terra passou a ser pensada a partir de leis universais, assim como os homens que nela habitam passaram de seres terrestres a seres universais. O grande questionamento da filósofa sobre esse processo é como ele foi dado:

Esse amor ao mundo foi a primeira vítima da triunfal alienação do mundo da era moderna. Antes, foi a descoberta, devida ao novo instrumento, de que a imagem de Copérnico – do “homem viril que, posicionando-se no Sol (...), contempla os planetas” – era muito mais que uma imagem ou um gesto; era de fato, um indicio da assombrosa capacidade humana de pensar em termos de universo enquanto permanece na Terra, e de talvez ainda mais assombrosa capacidade humana de empregar leis cósmicas como princípios orientadores da ação terrestre. (ARENDR, 2015, p. 327).

Ou seja, Arendt questiona a relação entre essas novas descobertas que acontecem em âmbito universal e o homem, que tem suas condições humanas presas na Terra. Dessa forma, a ciência pretendia aplicar leis universais como princípios da ação terrestre. A autora se questiona, também, sobre quais seriam as implicações e consequências dessa atitude.

Fica claro que essa nova ciência só foi possível graças ao impetuoso avanço matemático. A matemática se libertou, como insinua Arendt, dos grilhões da geometria, ou seja, não era mais necessário ficar no campo das medições terrestres. Como mostra a filósofa:

No experimento, o homem efetivou sua recém-conquistada liberdade dos grilhões da experiência terrena; ao invés de observar os fenômenos naturais tal como estes se lhe apresentavam, colocou a natureza sob as condições de sua própria mente, isto é, sob condições atingidas de um ponto de vista universal e astrofísico, uma perspectiva

cósmica localizada fora da própria natureza. (ARENDR, 2015, p. 329).

Podemos adiantar aqui que a contemplação não se fazia mais pertinente. A *vita contemplativa* parece ter perdido sua significância, visto que a partir de agora era necessário ação, o fazer acontecer. A atividade de fabricação, por exemplo, foi bastante utilizada na era da ciência. Através dela os homens conseguiam instrumentos que auxiliavam em novas descobertas. A *vita activa* passou a fazer mais sentido para esse homem moderno.

Aqui está contida a grande problemática que permeia o mundo moderno, e, conseqüentemente, o mundo contemporâneo: por mais que o homem possa agir de um ponto de vista universal e absoluto, ele não é capaz de pensar em termos universais e absolutos. Há, então, o divórcio entre o pensamento e o conhecimento.

A dúvida cartesiana é a reação direta a essa nova ciência e realidade de mundo. Com Descartes, vimos surgir uma filosofia moderna pensada de forma negativa. Pois, o objetivo da filosofia é alcançar a verdade, porém, com a filosofia cartesiana, a certeza de que se possa alcançá-la é posta em dúvida. Na Idade Moderna, percebemos a separação não apenas do pensamento e do conhecimento, mas também da ciência com a filosofia.

Arendt percebe que essa separação trouxe grandes consequências ao homem como ser pensante. Uma delas foi a análise de que as grandes mudanças ocorridas no mundo com o advento da nova ciência moderna deram-se como consequência da fabricação, e não da razão. Ou seja, o pensamento crítico acerca do mundo e do universo não foi o meio para chegar a essas verdades absolutas e universais. A realidade, ou a verdade, não foi revelada através da contemplação, como se supunha antes do advento da ciência moderna. Não foi através da união entre sentidos e razão. O que

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

alterou a concepção de mundo foi a fabricação de um instrumento científico: o telescópio.

A realidade, ou a verdade, só passam a ser conhecidas através das interferências na aparência, pois estas não se apresentam aos sentidos e a razão tal como são. Se, portanto, os sentidos não são capazes de conhecer a realidade tal como ela nos é mostrada, então não mais se pode confiar neles. Está formada a filosofia cartesiana: tudo que for entregue pelos sentidos deve ser posto em dúvida. A certeza antiga e tradicional de que se podia encontrar a verdade se perdeu. O homem, a partir de agora, só é capaz de conhecer aquilo que ele mesmo produziu. Arendt prevê as consequências:

Aqui a famosa *reductio scientiae ad mathematicam* permite substituir o que é dado através dos sentidos por um sistema de equações matemáticas nas quais todas as relações reais são dissolvidas em relações lógicas entre símbolos criados pelo homem. É essa substituição que permite à ciência moderna cumprir a sua “tarefa de *produzir*” [*producing*/*produzieren*] os fenômenos e objetos que deseja observar. E o pressuposto é que nem um Deus nem um espírito mau podem alterar o fato de que dois mais dois são quatro. (ARENDR, 2015, p. 353).

Com tudo que foi exposto até agora, podemos constatar dois processos desenvolvidos na modernidade: o homem que se desprende da Terra para o universo com o advento da ciência de Galileu; e o homem que se afasta do mundo para dentro de si mesmo com a filosofia de Descartes.

A consequência, como dito anteriormente, foi a inversão entre contemplação e ação, a inevitável inversão hierárquica entre uma *vita contemplativa* e uma *vita activa*. Para a autora, ao se depositar confiança apenas naquilo que se faz, essa inversão é inevitável. A observação não mais é passível de confiança. O

conhecimento não mais é atingido pela contemplação, mas pela ação. O modo contemplativo de vida, portanto, torna-se inútil e sem sentido.

Fica claro que o importante para o progresso da Idade Moderna foi apenas conceber a verdade científica, ou seja, a preocupação com as hipóteses, com os resultados, e não com a compreensão. Temos, portanto, o *homo faber* no topo das considerações humanas, pois é ele quem prima por maior produtividade, necessária para a obtenção de conhecimento técnico.

No entanto, o próprio conceito de *homo faber* perde um pouco de sua natureza primordial. Com o advento da ciência, percebe-se que não mais a obra final é fundamental, e sim seu processo técnico de construção, a experiência. Como mostra Arendt:

A mudança do “por que” e do “o que” para o “como” implica que os verdadeiros objetos do conhecimento já não podem ser coisas ou movimentos eternos, mas processos, e que, portanto, o objeto da ciência já não é a natureza ou o universo, mas a história - a história de como vieram a existir a natureza, a vida ou o universo. [...] A natureza, pelo fato de só poder ser conhecida em processos que o engenho humano, a engenhosidade do *homo faber*, podia repetir e reproduzir no experimento, tornou-se processo, e o significado e a importância de todas as coisas naturais particulares decorriam unicamente das funções que elas exerciam no processo global. No lugar do conceito do Ser, encontramos agora o conceito de Processo. (ARENDR, 2015, p. 368).

Ou seja, com a aniquilação da *vita contemplativa* do campo das atividades humanas, o *homo faber* viu ruir os principais elementos que faziam da fabricação uma das atividades constituintes da condição humana. Além disso, a própria alienação do mundo e a guinada introspectiva para dentro de si mesmo são prerrogativas que

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

não beneficiam a fabricação, já que ela é voltada para a construção de coisas mundanas.

Hannah Arendt também observa que o próprio princípio de utilidade, inerente ao conceito de obra, ou de *homo faber*, foi substituído pelo princípio de maior felicidade. Pois, a utilidade em si mesma foi substituída pelo processo de produção, já que o importante não é o produto final, que possui fins utilitários, mas a exaustiva produção de ferramentas para fazer novas ferramentas, que só incidentalmente produz coisas úteis. O princípio de maior felicidade só é possível através da produção de ferramentas que facilitem o processo de produção em si, que aliviem o esforço e dor nele contida. Pois, se trata da “quantidade de dor e de prazer experimentada na produção ou no consumo das coisas” (ARENDR, 2015, p. 283).

A própria noção de alienação do mundo foi, nas palavras de Arendt, “inspirada por uma profunda desconfiança do mundo e mobilizada por um veemente impulso para retirar-se do envolvimento mundano, do infortúnio e da dor infligidos por ele”. Arendt, ao analisar que o desejo de sanar as dores não objetivava a felicidade, mas sim a sobrevivência, percebe que é o princípio de vida o maior bem supremo da humanidade. Ou seja, todas as outras atividades giram em torno de preservar a vida e a espécie, e não o mundo ou as relações mundanas. É nesse sentido que a filósofa atribui à vitória o *animal laborans*.

A inversão entre o agir e o contemplar, como afirmou Arendt, proporcionou todo o desenvolvimento da ciência e da filosofia moderna. Sem essa inversão, a *vita activa* jamais poderia ter ascendido como modo de vida digno, com fim em si mesmo, independente da contemplação.

A grande problemática que a filósofa nos mostra ao final de sua obra, *A condição humana*, é: mais uma vez se tem a hierarquização dos dois modos de vida. Neste caso ainda pior: a contemplação foi completamente abolida das atividades humanas essenciais. A atividade que um dia foi a mais mal vista, o trabalho do corpo, passou a ser a única fundamental para os homens.

A implicação da ascensão do trabalho foi a falta de interesse em outros aspectos que compõem a própria condição humana. O único objetivo passa a ser o trabalhar para garantir a vida individual e a vida da família. O que não se encaixa nesse regime é fútil e obsoleto. Nesse sentido, temos no mundo uma vida meramente técnica em um círculo vicioso de trabalho. Os homens são incapazes de analisar de forma crítica os processos de sua vida individual. Perde-se a capacidade, também, de empatia pelo próximo. O mundo passa ser técnico e padronizado, e todas as relações internas entre o indivíduo e o mundo em comum são perdidas.

4. Considerações finais

Em consonância com o que foi exposto, podemos perceber que a vitória do *animal laborans* foi decorrente de vários fatores que culminaram na Idade Moderna: a introspecção; a preocupação exclusiva com o eu; o obscurecimento do âmbito público; e, principalmente, o divórcio entre pensamento e conhecimento.

Com todos esses movimentos que a filósofa faz no decorrer de *A Condição humana*, e tendo em vista o “divórcio do conhecimento com pensamento”, o trecho a seguir, da obra *Homens em tempos sombrios*, na qual Arendt, no primeiro capítulo da obra, reflete e discursa sobre Lessing, faz-se significativa:

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

Para Lessing, o pensamento não brota do indivíduo e não é a manifestação de um eu. Antes, o indivíduo – que Lessing diria criado para ação, não para o raciocínio – escolhe tal pensamento porque descobre no pensar, um outro modo de se mover em liberdade no mundo. (ARENDDT, 2008, p. 16).

Arendt afirma que a “liberdade é condição indispensável para a ação e é na ação que os homens primeiramente experimentam a liberdade de mundo” (ARENDDT, 2008, p. 16). Quando, de alguma forma, essa relação é quebrada – como no caso do divórcio entre o conhecimento e o pensamento – adentramos nos “tempos sombrios”. Este termo remete ao poema de Brecht, *À posteridade*, que Arendt toma emprestado. Em sua filosofia, a expressão “tempos sombrios” faz alusão ao obscurecimento do âmbito público.

Na obra *Homens em tempos sombrios*, no capítulo sobre Lessing, percebemos que as colocações e críticas da filósofa são voltadas, não ao movimento nazista, ou ao surgimento de grupos totalitários; antes disso, sua real indignação e espanto é que nesses tempos sombrios os homens esqueceram o fato de serem humanos, e de que isso bastaria para os tornarem iguais, embora únicos.

Para Arendt, houve uma perda dessa consciência, por parte dos grupos, principalmente dos judeus e dos nazistas, de que antes de fazerem parte de qualquer grupo que seja, eles eram humanos. A esse ato de isolamento e talvez de perda de consciência, Arendt dá o nome de “emigração interna”, e caracteriza sua forma como ambígua:

Foi um fenômeno curiosamente ambíguo. De um lado, significava que havia pessoas dentro da Alemanha que se comportavam como se não mais pertencessem ao país, que se sentiam como emigrantes; por outro lado, indicava que não haviam realmente emigrado, mas se retirado para um âmbito

interior, na invisibilidade do pensar e do sentir. (ARENDDT, 2008, p. 27).

A “emigração interna” não só fizera com que os homens se firmassem como parte de um grupo, como desviara o homem do mundo e do espaço público (ARENDDT, 2008, p. 27). A fuga para o interior, por mais que justificada, como afirmou Arendt, deve ser evitada. Não se pode abdicar de sua própria humanidade, ou se desvincular do mundo. E a “emigração interna”, por mais justificada que seja, contribui para a perda do humano.

Arendt afirma que a questão do “quem sou?” em tempos sombrios é muito mais complexa e de difícil compreensão do que se parece. É não abdicar de sua humanidade, mas também não fechar os olhos para o passado ou ignorar as situações complexas e ambíguas como fora nos tempos sombrios, por mais tentador que seja (ARENDDT, 2008, p. 32). Aqui, merece destaque a atenção especial que a filósofa tem pelo conceito de amizade, dos antigos. Arendt revela que para os gregos a amizade está intimamente relacionada com o discurso, pois era apenas o ato de comunicar-se que unia os homens na *polis*. O tema da amizade é bastante pertinente para o entendimento da filosofia de Arendt a partir do momento que a autora afirma, em *A Condição humana* e também em *Homens em tempos sombrios*, que o mundo no qual os homens vivem só faz sentido quando dele podemos discursar (ARENDDT, 2008, p. 33).

Com as leituras de alguns dos principais textos da filósofa, podemos perceber que o discurso é, de alguma forma, uma condição para ação. Esta, por sua vez, é condição primeira para toda a vida política. O discurso, como elo que une os homens, é, dessa forma, indispensável para a harmonia da vida em sociedade. Por intermédio das análises de Arendt, podemos averiguar que a negligência para com o

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:

Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

discurso, com o pensamento crítico e, não menos importante, com a imigração interna e a preocupação exclusiva com o eu podem ser motivações para o surgimento do que Arendt caracteriza como banalidade do mal.

No final da obra *Origens do totalitarismo*, Arendt utiliza a expressão “mal radical”, oriunda da filosofia de Kant, para elucidar o homem supérfluo dos campos de extermínio. (ARENDDT, 1989, p. 510). Já em *Eichmann em Jerusalém: um relato da banalidade do mal*, Arendt emprega o termo banalidade do mal para caracterizar o homem como ser banal, desprovido de pensamento crítico, ou melhor, desprovido do próprio ato de pensar.

Para tanto, Arendt percorre questões morais da filosofia política e reflete sobre a pessoa que era Eichmann. Não estava sob análise o Eichmann nazista. Nos parece que, primeiramente, a filósofa pensa Eichmann como ser humano: “O que o levou a fazer parte do movimento?”, “era uma pessoa má por excelência ou apenas uma pessoa comum?”, “Ele pensou no que estava fazendo?”.

O que ela pôde perceber nesse primeiro momento foi que o nazista que estava sendo julgado não era um monstro ou coisa semelhante, era apenas um homem comum que entrou no primeiro grupo que lhe aceitou. Arendt narra a entrada de Eichmann para o partido:

De toda forma, não entrou para o Partido por convicção nem jamais se deixou convencer por ele – sempre que lhe pediam para dar suas razões, repetia os mesmos clichês envergonhados sobre o Tratado de Versalhes e o desemprego; antes conforme declarou no tribunal, “foi como ser engolido pelo Partido contra todas as expectativas e sem decisão prévia. Aconteceu muito depressa e repentinamente”. Ele não tinha tempo, e muito menos vontade de se informar adequadamente, jamais conheceu o programa

do Partido, nunca leu *Mein Kampf*. Kaltenbrunner disse para ele: Por que não se filia a SS? E ele respondeu: Por que não? Foi assim que aconteceu e isso parecia tudo. (ARENDDT, 1999, p. 44).

A falta de reflexão do nazista é assustadora – embora não para ele. Não apenas pelos atos que cometera contra o povo judeu, mas pelo fato de que o pensamento não mais se faz presente nas relações humanas. Muitos daqueles que se filiaram a SS não o fizeram por convicção, como afirmou Arendt, mas pelo simples fato de pertencer a um grupo, ser aceito, ou na pior das hipóteses, trabalhar em função de alguém ou de alguma coisa, sem perguntar o porquê, sem refletir e discursar sobre isso ou aquilo. Ser meras máquinas ou escravos do próprio eu, da técnica, do servir.

A ação é condição humana quando é pensada, carregada de discurso. O mero agir não constitui condição de nada, a não ser do conhecimento técnico de fazer algo. Arendt caracterizou Eichmann como um burocrata, um reprodutor de frases feitas, uma mera peça do sistema, fruto de uma sociedade de massas que negligenciou o pensamento crítico, o discurso e a amizade entre os homens. No máximo, um *animal laborans* – aquele que não pensa, apenas trabalha e consome.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 12ª edição 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 2015.
- _____. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. 17ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

O DIVÓRCIO ENTRE CONHECIMENTO E PENSAMENTO:
Uma abordagem preliminar dos estudos de Hannah Arendt

_____. *Origens do totalitarismo*.
3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das
letras, 1989.

_____. *Trabalho, obra, ação*.
Trad. Adriano Correia. São Paulo: Cadernos
de ética e Filosofia Política da USP, 2006.